

RESUMO EXPANDIDO - PRÁTICA ASSISTENCIAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

PRÁTICA ASSISTENCIAL À GRAVIDEZ PRECOCE E SEUS RISCOS - REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Arlon Yan Oliveira Do Nascimento (arlonyan4@gmail.com)

Otávio Augusto Da Conceição De Jesus (otaviojesus246@gmail.com)

Alaina Gisele Pinho Lima (alainagisele10@hotmail.com)

Carlos Eduardo Vital Leite Junior (Eduardodest16@gmail.com)

Gabriela Eleres Casseb (gabriela.casseb@aluno.uepa.br)

Introdução: A gravidez é um fenômeno natural da fase reprodutiva e envolve inúmeras mudanças no corpo da gestante, tais como alterações fisiológicas, anatômicas, hormonais e emocionais, as quais em conjunto são essenciais para a adaptação do organismo materno às necessidades de desenvolvimento fetal¹. Entretanto, quando ocorre de forma precoce, como na adolescência, o corpo ainda em desenvolvimento e pode gerar riscos à gravidez. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), no ano de 2023 nasceram 303.025 bebês com mães adolescentes, uma incidência alarmante para as autoridades públicas de saúde². A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que a fase adolescente ocorre dos 10 aos 19 anos de idade, durante esse período o corpo passa por mudanças fisiológicas, sendo elas físicas, psicológicas e cognitivas. Logo, esses aspectos tornam a gravidez precoce, em uma gestação de risco para a adolescente³. Assim, entre os riscos mais comuns que podem afetar a puérpera adolescente e o recém-

nascido destacam-se: ausência do suporte do parceiro; rejeição familiar; vulnerabilidade social, pobreza, evasão escolar e dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Outrossim, é essencial pontuar as complicações durante a gestação que agravam a saúde da adolescente e do bebê, como o maior risco de eclâmpsia, infecções, complicações no parto, bebês com baixo peso e prematuridade. Dito isso, é imprescindível reforçar a sensibilização a respeito da gravidez precoce, tanto nas escolas quanto no núcleo familiar. Nesse sentido, as ações educativas em saúde, sobre educação sexual tem o papel de disseminar informações sobre o uso de preservativo em relações sexuais, para evitar uma gestação não planejada, e devem ser realizadas em escolas e espaços comunitários, pois desempenham um papel crucial na redução desses índices. Além disso, é essencial o apoio dos profissionais de saúde, destacando a importância do acompanhamento do pré-natal e da realização da triagem neonatal. Objetivos: Analisar na literatura científica os principais riscos da gravidez na adolescência e a importância da atuação da enfermagem na assistência a gestantes adolescentes. Métodos: Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo revisão narrativa da literatura, que teve como temática a gravidez na adolescência no Brasil, abordando seus desafios, os impactos na saúde das adolescentes e a atuação dos profissionais de enfermagem na assistência. A pesquisa foi desenvolvida a partir das etapas básicas da revisão narrativa: inicialmente, realizou-se a escolha do tema, considerando a relevância da gravidez precoce como problema de saúde pública no país. Em seguida, procedeu-se à busca na literatura, por meio do levantamento de dados em bases científicas e institucionais, incluindo a Organização Mundial da Saúde, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS), a base de dados na Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde (LILACS). Posteriormente, foi realizada a seleção das fontes, adotando como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos cinco anos, disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês, que abordam diretamente a temática proposta. Foram excluídos estudos duplicados e incompletos. Na sequência, ocorreu a leitura transversal dos materiais selecionados, permitindo a identificação dos principais pontos abordados pelos autores. Após isso, foi realizada a redação do estudo, com base na análise descritiva e interpretativa dos dados, integrando evidências da literatura científica. Por fim, foram organizadas as referências, conforme as fontes utilizadas. Resultado/Discussão: A análise de 5 artigos da literatura recente demonstra que houve uma diminuição da gravidez na adolescência, porém, as taxas de redução são desiguais entre os diferentes municípios. Além disso,

observa-se que a persistência desses números está relacionada, em parte, à insuficiente implementação de estratégias efetivas de prevenção e acompanhamento⁴. Com isso, a gestação precoce continua sendo um grande problema de saúde pública, sendo mais prevalente em estados e municípios com baixos indicadores socioeconômicos e entre adolescentes com menor escolaridade. Esse cenário reforça um ciclo de vulnerabilidade, onde a evasão escolar e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho não são apenas consequências, mas também fatores que perpetuam a pobreza intergeracional. A revisão da literatura indica que a atuação do enfermeiro deve ser ampla e integral, contemplando não apenas os cuidados clínicos imediatos, mas também o acompanhamento psicológico e o suporte social, respeitando a individualidade e o contexto da adolescente em situação de gestação precoce. Dito isso, é evidente que deve haver uma qualificação das práticas assistenciais para os profissionais de saúde a fim de atender às necessidades específicas desse público. Desse modo, a atuação da enfermagem na Atenção Primária em Saúde torna-se estratégica, pois permite o desenvolvimento de ações educativas e preventivas articuladas com a comunidade. Somando a isso, no Brasil, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a adolescente gestante tem direito ao atendimento de forma integral e ao respeito à sua privacidade, devendo ao enfermeiro avaliar a necessidade de quebra de sigilo apenas em situações de risco⁵. A integração entre saúde e educação é essencial para fortalecer o protagonismo da adolescente, garantindo que o acompanhamento do pré-natal e da triagem neonatal ocorra de forma humanizada, mitigando riscos biológicos e psicossociais tanto para a mãe quanto para o recém-nascido. Conclusão: A análise da literatura confirma que a gravidez na adolescência no Brasil, embora tenha apresentado redução nos índices ao longo dos anos, ainda se configura como um importante problema de saúde pública, associado a fatores sociais, econômicos e de vulnerabilidade. Os estudos apontam impactos significativos na saúde das adolescentes, bem como desafios no acesso à informação e aos serviços de saúde. Portanto, a relevância do tema se destaca pela necessidade de ações efetivas de prevenção e assistência, nas quais a Enfermagem desempenha papel fundamental na promoção da saúde, no acompanhamento gestacional e no cuidado no período pós-parto. Nesse contexto, ressalta-se a importância da capacitação contínua dos profissionais, por meio da educação permanente, visando à qualificação da assistência e à adequação das práticas às necessidades desse público. No âmbito científico, observa-se a existência de lacunas relacionadas à abordagem integral das adolescentes em diferentes

contextos socioculturais, bem como à efetividade das estratégias de prevenção adotadas, especialmente em populações mais vulneráveis. Dessa forma, sugere-se a ampliação de estudos futuros que explorem intervenções educativas, estratégias intersetoriais e práticas assistenciais voltadas à redução da gravidez precoce, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para a melhoria da qualidade da assistência em saúde.

Descritores: Gravidez Precoce¹, Adolescência², Prática Assistencial³.

Referências:

1. Brasil. Ministério da Saúde. Atenção à saúde do adolescente: orientações para a organização de serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2022.

2. Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS. (DATASUS). Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2024 [citado 2026 abr 29]. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br>.

3. World Health Organization. Adolescent pregnancy [Internet]. Genebra: WHO; 2024 [citado 2026 maio 1]. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy>.

4. Barros AJD, Victora CG, Horta BL, et al. Maternity in adolescence in Brazil: high fertility rates and stark inequalities across municipalities and regions. *Cad Saude Publica*. 2026;42:e00057625. doi:10.1590/0102-311XEN057625.

5. Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente [Internet]. Brasília: Presidência da República; 1990 [citado 2026 maio 4]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

Palavras-chave: gravidez precoce; adolescência; prática assistencial.